

A trajetória de mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos: um olhar para as questões de gênero

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar a trajetória de vida de mulheres com idade aproximada ou superior aos trinta anos, estudantes ou concluintes da modalidade de ensino EJA, buscando compreender a sua percepção quanto às questões de gênero e seu impacto na vida escolar e entender os motivos da evasão escolar por mulheres durante a infância e adolescência e as implicações de gênero no processo; os motivos do retorno e as dificuldades encontradas no percurso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizou-se o método da entrevista para coleta dos dados. O trabalho problematiza as vantagens e desvantagens iniciais de gênero que se originam na infância e se perpetuam pela vida adulta e que podem refletir direta ou indiretamente na vida escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulher. Educação. EJA.

Eliane Caetano da Rosa

elianedarosa85973@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3876-0681>

Universidade Federal do Pampa,
Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil

Edimar Fonseca da Fonseca

fonseca.edimar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9736-864X>

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

Maicon Quevedo Fontela

fontelamaicon@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9146-7583>

Universidade Federal do Pampa,
Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil

INTRODUÇÃO

Um dos motivos que impulsionou a escolha do tema e a realização deste estudo foi a trajetória de vida da pesquisadora, suas andarilhagens e o papel fundamental que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na decisão de retomar os estudos, após um longo período afastada da vida escolar. Não diferente dos demais sujeitos da EJA, os motivos da desistência estão: o casamento na adolescência, a experimentação das responsabilidades da vida adulta e a maternidade. Não menos definidor para essa situação, o fato de residir por um longo período na zona rural dificultou o acesso à escola. Essas situações segundo Marcotti (2012, p. 137): “[...] desigualdades sociais são maximizadas, pois atende o interesse da classe dominante”. Seguindo a reflexão, Oliveira (2001) em seus estudos aponta:

O Adulto, para a educação de jovens e adultos [...] é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar séries do ensino supletivo. E o jovem, relativamente recentemente incorporado ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares [...]. [...] ele é também um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo, o ensino médio (OLIVEIRA, 2001, p. 15-16).

Por outro lado, a curiosidade e o desejo, da busca pelo conhecimento se fizeram presentes ao longo dos anos, possibilitando assim, mesmo que de forma autônoma, de tempo na escola e outros afastados dos espaços escolares, a continuidade dos estudos da forma que foi possível. No ano de 2011, passou a ter acesso aos livros didáticos através da irmã mais jovem que ingressava também na EJA para concluir o Ensino Fundamental e solicitava auxílio com as atividades. Neste momento a pesquisadora motivada pela rotina estabelecida nos estudos da irmã, decidiu realizar sua inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que na época conferia o certificado de conclusão do Ensino Fundamental e Médio a quem obtivesse nota suficiente em todas as áreas do conhecimento e redação.

Após a realização do ENEM e o resultado alcançado que a princípio causou um certo espanto. Pois resultou não somente em um certificado de conclusão do Ensino Médio, como também em uma vaga na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), para cursar Licenciatura, aos trinta e cinco anos de idade. As dificuldades em tomar essa decisão de cursar não foram poucas, pois precisava deixar esposo e filho no interior do município para conseguir estudar e vencer as dificuldades tecnológicas, que a nova realidade apresentava. Aos poucos e com ajuda de colegas e professores essas barreiras foram diminuindo, a Universidade abriu as portas do trabalho e as inquietações a respeito da própria condição enquanto mãe, mulher, trabalhadora e dona de casa foram surgindo.

Importante demarcar que está trajetória apresentada um rompimento com um dos grandes desafios da EJA que é a evasão. Segundo Mileto (2009):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui como uma das suas características mais marcantes e negativas o elevado número de alunos que desistem antes de completar a etapa da escolaridade em que estavam matriculados. As estatísticas sobre os percentuais de evasão na EJA comprovam de forma incisiva e dramática essa real idade (MILETO, 2009, p. 10).

Neste cenário, outro fator também foi evidenciado foram as questões de gênero, as mesmas foram se tornando cada vez mais evidente, diante das vivências pessoais, somadas a diálogo com outras mulheres que passavam pelas mesmas situações (conciliação dos estudos, do trabalho e dos cuidados com a casa e com a família).

O presente estudo inicialmente tinha como foco mulheres na faixa etária de trinta anos, motivado por ser a idade aproximada com que a primeira autora decidiu retomar os estudos e por ser considerada por alguns estudos estatísticos, a idade em que as diferenças socioeconômicas entre homens e mulheres se tornam evidentes (IBGE, [2021]). Porém, no decorrer do estudo, durante a aplicação das entrevistas, surgiram mulheres de outras faixas etárias, dispostas a participar e colaborar com o estudo. Assim, embora que o perfil do sujeito tenha sido ampliado, a temática e o objetivos da pesquisa se mantiveram.

Desse modo, objetivou-se analisar a trajetória de vida de mulheres com faixas etárias distintas, estudantes ou concluintes da modalidade de ensino EJA, buscando entender como elas percebem a relação entre as questões de gênero e seu processo histórico de escolarização. Essas mulheres, sujeitas desse estudo, são estudantes ou concluintes de uma escola da cidade de Arroio Grande/RS.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscando compreender quais as implicações de gênero nas produções voltadas a educação, levantamento realizado através de fontes bibliográficas e documentais, percebeu-se que, no tocante a ampliação das diferenças de vantagens e desvantagens iniciais e não nas diferenças individuais entre homens e mulheres com idade aproximada ou superior aos trinta anos de idade.

Embora que tenha pouco abordagens nas produções, sabemos que as distinções de gêneros e a influencias no abandono da escola por mulheres que se perpetuam pela vida adulta, algumas atividades como os cuidados com os filhos e com a casa, ainda são vistas como tipicamente femininas por uma grande parte da sociedade brasileira e mundial. Estudos apontam a gravidez na adolescência como uma das principais causas da evasão escolar, segundo Zinet (2016, p. 3):

Questões familiares, trabalho e gravidez: esses são os três principais elementos que afastam as jovens brasileiras dos estudos, segundo pesquisa sobre evasão escolar feita em parceria com Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências (Flacso). O estudo perguntou aos jovens de 15 a 29 anos por que pararam de estudar e o que havia motivado tal decisão. Entre

as meninas, 18,1% indicaram a gravidez como o principal motivo. Já entre os meninos da mesma faixa etária, somente 1,3% declararam que interromperam os estudos pela mesma razão. Outras 23,1% das jovens brasileiras afirmaram que saíram da escola 'por questões familiares', enquanto o índice entre os garotos foi de 16,4%. Embora o estudo não explore quais são essas questões, limitando-se apenas a afirmar que se relacionam com o ambiente da casa do estudante, entende-se que as tarefas de cuidado (do domicílio ou de crianças e idosos), geralmente delegadas às mulheres, também possuem um peso importante na evasão escolar das meninas.

Percebe-se que embora necessitando avançar ainda mais, mas houve mudanças históricas na sociedade, pautada nos espaços de luta e resistência das mulheres, e que conseqüentemente na educação ocorreu uma ampliação de acesso e permanência das mesmas, sendo esses escolares e não escolares. A Constituição de 1824 atestava em seu art. 179, inciso XXXII "A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos", no entanto, eram excluídos da cidadania as mulheres, os analfabetos, escravos, índios e todos aqueles que não podiam votar.

Nesse sentido, a legislação brasileira evoluiu na direção da garantia do direito à educação, até sua consagração como direito público subjetivo, na Constituição Federal de 1988 (CF/88): "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria [...]" (BRASIL, 1988, *on-line*).

Pode-se dizer que a garantia de direitos foi uma conquista importante para a sociedade e para as mulheres, mas por si só não garante que todos e todas tenham acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. As questões de gênero transpõem as barreiras da lei e se perpetuam através de hábitos que resultam em grandes diferenças culturais, econômicas e sociais entre homens e mulheres.

UMA BREVE RETOMADA DO CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE GÊNERO

Para Scott (1995), gênero deve ser visto como um elemento construtivo das relações sociais e históricas, baseadas nas diferenças entre os sujeitos. Ou seja, as diferenças sociais entre homens e mulheres são produtos de uma construção cultural que atribuiu aos homens as tarefas consideradas mais significativas como: tomar decisões, estudar, votar e ocupar cargos públicos, enquanto as mulheres, deveriam se ocupar das tarefas ditas femininas e supostamente consideradas menos significativas.

Desde o Brasil Colônia, a história da educação para as mulheres é marcada por preconceito e discriminação de gênero. As desigualdades têm raízes históricas, de acordo com Rosa (2007, p. 2), "com o nascimento da modernidade e a ascensão da burguesia a mulher passou a ocupar um novo papel social, o de instrumento fundamental na ascendência política e econômica de sua família".

A partir do século XVI, percebe-se que a educação feminina era voltada para a constituição de formação das famílias brasileiras, as mesmas eram

rigorosamente educadas para o matrimônio e ser boas donas de casa, esposas e mães.

Com mudanças na arquitetura brasileira (da casa grande para os sobrados), fez com que as cidades tivessem que se adaptar aos novos moradores e essa nova sociedade. Essas mudanças não ficaram apenas nos espaços físicos, a sociedade na época estereotipava as mulheres como dóceis e delicadas, com modos e costumes condizentes com a europeização do país. Neste movimento, a literatura passou a ser pensada para as mulheres. De acordo com Mary Del Priore:

O texto impresso, assim como a história, é um instrumento fundamental para focar as mulheres através das tensões e contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade em que estavam inseridas (DEL PRIORI, 2000, p. 87).

Os livros traziam em seus contextos histórias românticas, protagonizadas por mocinhas dóceis, pálidas e submissas que tinham como ideal de felicidade eterna o casamento. Era corriqueiro encontrar na literatura o personagem do bom marido, que iria realizar esse sonho do casamento, surgindo então mulheres possuindo alguns atributos físicos e culturais, afinal não seria bom para a imagem de um nobre, que sua esposa não tivesse cultura europeia e não soubesse administrar a casa e a educação dos filhos (DEL PRIORI, 2000).

A partir desse momento, a educação para as mulheres passou a ser uma preocupação social. Porém ainda era condicionada a aprender poesia, tocar piano, bordar e costurar, ter bons modos e a ser recatadas, boas mães e esposas obedientes. As famílias, a religião e o Estado estavam e agiam de comum acordo, desse modo a educação das mulheres foi deixada de lado por muitos séculos, pois ela acabava por servir apenas a condicionamentos da sociedade da época.

Essa mentalidade cultural deixou de herança a crença de que o homem é provedor e soberano do lar, constituindo uma sociedade patriarcal, excludente, que perpetuou as desigualdades sociais, de raça e de gênero, inclusive nos meios educacionais. A educação para todos expressa na Constituição Federal de 1824, não era algo democrático, mulheres e escravizados, eram vigiados pelo Estado.

A educação para as mulheres priorizava uma formação voltada para os afazeres do lar e os livros eram voltados para a valorização de uma personagem feminina, dócil e delicada e que não questionava nem a igreja, o pai e o marido depois de casada. Fénelon (1852), em seu livro “Da Educação das Meninas”:

Comumente as mulheres têm mais fraco e curioso espírito que os homens; por isso conveniente não é empenhá-las em estudos, nos quais obstinar-se possam. Nem governar devem o Estado, abrir guerra ou ingerirem-se no ministério de sagradas coisas. (FÉNELON, 1852, p. 5).

Somente a partir de 1867, a educação feminina de ensino primário para as mulheres, teve início no Brasil com colégios particulares e, apenas em 1880, as mulheres puderam ingressar no sistema de ensino público. A partir desse momento, a educação passou a ser um direito de ambos os sexos, porém a cultura patriarcal ainda interferiu por muitas décadas no processo educativo das mulheres. Esse modelo de sociedade causou uma visível desigualdade de gênero,

os homens passaram a ocupar espaços no mercado de trabalho e as mulheres, continuaram a abandonar os estudos por questões familiares (cuidar de filho, afazeres domésticos, etc.).

Considerando-se a tardia inserção das mulheres no mercado de trabalho. Na Revolução Industrial, a princípio com o objetivo de reduzir as despesas com salários, pagando valor menor, incluíram as mulheres a executar funções antes consideradas masculinas. Neste momento, inicia de forma lenta, uma luta por equidade de direitos, visto que mesmo com a criação de leis, uma série de violações perdurou durante anos, como jornadas de trabalho elevadas e diferenças salariais. Entendemos que diante desse cenário, a modalidade EJA pode ser um espaço para superar esses desafios, com metodologias que propiciem a reflexão.

A EJA é uma modalidade de ensino que permite o acesso à educação por pessoas que não concluíram os estudos na idade convencional, podendo ser ofertada tanto no ensino presencial, como à distância (EAD). Isso tornou-se viável recentemente com a aprovada a Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 que instituiu as Diretrizes Operacionais para a EJA nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e EJA a Distância.

A modalidade destina-se as jovens com quinze anos ou mais de idade e que não completaram a o Ensino Fundamental e não tem limite de idade máximo para ingressar. Normalmente é dividida em dois blocos, no primeiro correspondente ao Anos Iniciais e no segundo correspondente aos Anos Finais. Cada ano escolar, geralmente corresponde a um semestre do calendário letivo, na qual significa uma oportunidade de terminar os estudos em menos tempo para jovens, adultos e idosos (BRASIL, 1996). Dentre as tantas motivações para estar na EJA, citamos a chance de promoção no trabalho ou qualificação para inserção ou retorno ao mercado de trabalho, atualmente tão concorrido pela escassez de vagas.

A EJA E SUA CONSTITUIÇÃO ENQUANTO MODALIDADE DESDE A SUA INSERÇÃO

Durante o processo de surgimento da EJA, diferente do que ocorreu no ensino regular, houve participação e engajamento da sociedade. A Educação de Jovens e Adultos ao longo da História do Brasil foi muito importante para a inserção social e ligada a programas de Educação popular, através das relações sociais, a partir das construções individuais e coletivas.

Aos poucos a educação foi se tornando obrigatória e gratuita, passando por várias constituições e vários governos, porém a preocupação com a educação de adultos só se tornou pauta obrigatória no país após o começo da industrialização. Porém, as mulheres não eram alvo de uma proposta de ensino igualitário e não era considerada a necessidade de instrução para as mulheres que deveriam casar e ser boas donas de casa.

Um grande aliado e protagonista desse movimento foi Paulo Freire, que acreditava e defendia que a educação deveria acontecer de forma crítica,

reflexiva e emancipatória. O educador foi idealizador do “Método Paulo Freire”, um método educativo que visava alfabetizar adultos partindo da ideia de um tema gerador, utilizando palavras do cotidiano desses adultos para introduzi-los ao mundo letrado do qual haviam sido excluídos durante a infância, por inúmeros motivos, de ordem pessoal ou por omissão do Estado (FREIRE, 2013).

Freire acreditava que era possível alfabetizar e introduzir essas pessoas nesse mundo letrado sem afastar essas pessoas de suas origens, fossem agricultores, trabalhadores operários ou donas de casa, ofertando assim uma educação libertadora. “A questão é como nos acercar das massas populares, para compreender os seus níveis de resistência, onde se encontram entre elas, como se expressam e trabalhar então sobre isto” (FREIRE, 2013, p. 38).

A luta por equidade de direitos passa por um momento importante nos anos 1960. Movimentos sociais e a industrialização do Brasil levaram muitas pessoas a retomar os estudos e, durante a ditadura militar, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (COLAVITTO; ARRUDA, 2014). O nível de analfabetismo colocava o país como país subdesenvolvido e não dava para esconder o fraco esforço para a educação no país. Um profissional analfabeto não colaboraria em nada para o desenvolvimento do país e disso Getúlio Vargas já sabia desde os anos 1940, quando começou a preocupar-se com a questão do analfabetismo e suas consequências para o desenvolvimento econômico do país. Mas o estudo primário que era ofertado à população não pretendia emancipar e criar cidadãos críticos e sim trabalhadores eficientes (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

No Brasil, a modalidade EJA consolidou-se através do movimento Educação Popular (FREIRE, 1992). A partir desta conotação, emerge uma educação mais inclusiva, voltada aos saberes as necessidades e as expectativas de homens e mulheres de uma classe trabalhadora. Estudantes que trabalhavam e não mais trabalhadores que estudavam (FREIRE, 2013). Durante várias décadas, a EJA passou por vários momentos políticos da sociedade brasileira, se mostrando sempre um sistema resistente e forte.

Um novo pensar sobre a educação de jovens e adultos traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz auto estima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão. (STRELHOW, 2010, p. 50).

Em 1971, o Supletivo instituído pela lei 5.692/71 (BRASIL, 1971) pretendia colocar nas salas de aula aqueles que ainda não haviam concluído os estudos na idade certa, mas, segundo o seu art. 27, a educação ainda era uma educação voltada a alfabetização e a preparação para o mercado de trabalho.

Art. 27. Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a êsse nível ou ao de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional. (BRASIL, 1971, p. 4).

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitas pessoas começaram a retomada dos estudos através da EJA. Porém, essa educação era ainda muito precária e bastante focada somente na alfabetização.

A partir dos anos 2000, a modalidade passa a ser melhor compreendida, elaborada e pensada pelas redes de ensino, como um viés de inclusão social para as pessoas que não conseguiram concluir os estudos na idade ideal. A Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 (LDB) passa a estabelecer critérios para a Educação de Jovens e Adultos que visam acolher e formar educandos de todas as faixas etárias. Diz o artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996, *on-line*).

Percebe-se que ocorre um avanço e passasse a proporcionar uma educação mais igualitária e que vai ao encontro das ideias e concepções Freerianas. Nesse sentido, a EJA objetiva a formação integral dos estudantes e que sejam conscientes, sabedores da importância que tem frente a sociedade e constroem para si um futuro melhor.

Essa ideia problematiza a naturalização, no Brasil, ao logo de sua história, das desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. Diante desse quadro, a EJA vem exercendo o papel de planejar os trabalhos nas instituições escolares, as rotinas e os eventos do cotidiano escolar levando em consideração a superação desse quadro.

Entender que a educação leva a interpretação do mundo pelos alunos e alunas e planejar atividades que dialoguem com a sua realidade pode fazer total diferença na trajetória escolar dos educandos e educandas. Acerca das implicações de um currículo diferenciado para a Educação de Jovens e Adultos, direcionar um olhar às condições e relações das alunas e professores demonstra que tanto a escola quanto as condições socioeconômicas dessas alunas desempenham papéis fundamentais no sentido de busca por uma emancipação financeira visto que o nível escolar pode interferir diretamente nas oportunidades de trabalho ofertadas pelo mercado contemporâneo.

O educador, diante disso, deve almejar uma sociedade melhor. A construção de uma nova realidade deve ser a utopia do educador e da educadora. A utopia estimula a busca e, ao se denunciar certa realidade, ao mesmo tempo se estará buscando outra. Nosso desafio é organizar o procedimento utópico sem sufocar a capacidade utópica. (SILVA, 2019, p. 41).

Contudo, observasse que diminuiu muito a oferta de vagas na EJA, fechamento de turmas e escolas que ofertam a modalidade, bem como os investimentos dos governos das diferentes esferas (COUTO, 2019, p. 2). No período, 2016 a 2022, de extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), secretaria que cuidava especificamente da EJA, embora criadas a SEMESP e a Secretaria de Alfabetização, percebia-se que a EJA não tinha lugar dentro do MEC. Embora com a criação novamente da SECAD no governo atual, o destino da EJA é incerto e isso pode significar uma interrupção definitiva dos estudos de milhares de estudantes que

trabalham, tem uma vida adulta com seus respectivos compromissos e necessitam da EJA para dar continuidade aos seus objetivos.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo trata-se de um estudo de nível exploratório de natureza qualitativa, através de um estudo bibliográfico. Utilizou-se o método da entrevista individual como instrumento estrutural para sua realização. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 158), “para obtenção de dados podem ser utilizados três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos”.

A entrevista representa o elemento norteador de todos aqueles que se dedicam a busca reflexão para um determinado objeto de estudo. Goldemberg (2004, p. 14), enfatiza que “[...] na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc”.

Segundo Goldemberg (2004, p. 46), entre as vantagens da entrevista estão:

[...] a possibilidade de coletar informações de pessoas que não sabem escrever, e uma maior flexibilidade para garantir a resposta desejada”. No campo das desvantagens destacamos: “a maior exigência de tempo e disponibilidade do pesquisador, visto que a relação é construída em um longo período, uma pessoa de cada vez.

O primeiro contato estabelecido com a escola foi através de mídias sociais, na qual foi solicitado à diretora que disponibilizasse o questionário e o contato da pesquisadora para as estudantes da EJA que tivessem interesse em participar da pesquisa. Elas também foram informadas que as entrevistas seriam realizadas através de meios digitais, por motivo da pandemia de COVID-19.

Para sua efetivação foi considerado um grupo de nove estudantes da EJA, com idades entre vinte e sete e quarenta e seis anos, da E.E.E.F. Ministro Francisco Brochado da Rocha, localizada no município de Arroio Grande/RS, na qual apenas quatro participaram da entrevista individual. A escola foi escolhida para a realização deste estudo por ser referência na modalidade de ensino EJA, no bairro Branco Araújo, no qual reside a pesquisadora e por ter sido de fundamental importância para a retomada dos estudos da mesma.

Das entrevistadas, duas são casadas ou vivem com companheiros, todas são mães e donas de casa. Uma trabalha fora; uma é autônoma e trabalha em casa; e duas estavam desempregadas no momento da entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano de 2020, devido a pandemia da COVID-19, ampliou-se as diferenças sociais, agravando as dificuldades individuais e, conseqüentemente, dificultando o acesso às escolas. Para as mulheres, esse período de isolamento social, tende a

aumentar a sobrecarga de trabalho. Com as escolas fechadas e as crianças em casa, algumas trabalhadoras informais ou desempregadas, fez com que as atividades escolares delas passassem a ocupar um lugar secundário,

De acordo com Santos (2020), as mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade por serem maioria na linha de frente, trabalhadoras da enfermagem, empregadas domésticas e cuidadoras de idosos e por estarem sobrecarregadas com tarefas domésticas devido a permanência dos filhos em casa e, até mesmo, expostas a violência. Isso tudo afeta as mulheres, aumentando o nível de stress, o que pode ocasionar o afastamento ou, até mesmo, a desistência dos estudos.

Nesse sentido, “a pandemia do Novo Coronavírus vem se somar à essa desigualdade social que perpassa os sujeitos da EJA, traçando um quadro que os deixa ainda mais invisibilizados” (SOUZA, 2020, p. 5).

Neste contexto, durante as entrevistas, todas relataram ter alguma dificuldade com o modo de ensino online ou híbrido. Apenas uma entrevistada relatou não ter dificuldades em conciliar a maternidade com as atividades escolares. Todas as entrevistadas, também, relataram ter perdido alguma oportunidade de emprego por não ter concluído os estudos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, agregou a população em três grupos etários: 25 a 29 anos, 30 a 39 anos e 40 a 49 anos de idade. Sobre este aspecto da análise, o estudo constatou que em todos os anos da série, “a tendência de queda da razão da remuneração financeira da mulher em relação ao homem com o crescimento da idade” (IBGE, 2019, *on-line*).

No mesmo ano por exemplo, a mulher ocupada de 25 a 29 anos de idade recebia 86,9% do rendimento médio do homem; quando a faixa etária subiu para o intervalo de 30 a 39 anos este rendimento caiu para 81,6%; reduzindo na faixa entre 40 e os 49 anos: 79,4%. Nesse último grupo, o rendimento médio da mulher era, em 2018, de R\$ 2.199, enquanto o dos homens chegava a R\$ 2.935; no primeiro (25 a 29 anos de idade) os valores eram de R\$1.604 no caso das mulheres e de R\$ 1.846 no dos homens. Assim, balizado nas estatísticas, as mulheres chegam aos trinta anos de idade com diferenças socioeconômicas significativas em relação aos homens (IBGE, 2018).

Diante dos questionamentos na entrevista, apenas uma delas respondeu que acredita que se não fosse mulher, teria tido uma vida diferente e que algumas atividades são sim consideradas atividades femininas, porque acredita-se que as mulheres possuem maior vocação para realiza-las. As outras não souberam responder. Contudo, sabe-se que o termo gênero é muito amplo, nesse estudo pretendeu-se debater a construção cultural a partir do sexo biológico (masculino/feminino), a masculinidade e a feminilidade como construções sociais. Vislumbrando entender quanto e como isso interfere na trajetória escolar das alunas no período da infância e da adolescência, bem como acaba se refletindo na vida adulta.

Neste contexto, a partir da descoberta da gravidez é criada uma expectativa muito grande em razão da genitália do bebê, uma das maiores curiosidades dos pais é saber o sexo do filho ou filha. Desde então meninos e meninas começam a ser moldados de acordo com o contexto social em que vivem, família, religião, mídia, etc., influenciando na criação e moldando os gostos, gestos, corpos e atitudes. Rosemberg (2001, p. 57) afirma que, “[...] raríssimos estudos parecem ter ido à busca do lugar da infância na construção social das relações de gênero no sistema educacional”.

Ao adentrar o ambiente escolar, as crianças já têm suas preferências moldadas pela cultura, meninas tendem a se identificar com as princesas e os meninos com os super-heróis. Os brinquedos também estão carregados de expectativas; embora muitas correntes pedagógicas atualmente venham se mostrando contrárias a isso, o mais comum ainda é vermos sendo oferecidos ao público infantil, brinquedos de meninos: os carrinhos, bolas, soldadinhos e brinquedos de meninas: bonecas, vassourinhas; panelinhas (costumam ser fabricados em tons de rosa e lilás o que reforça ainda mais os estereótipos).

Sutilmente as meninas já vão sendo preparadas para cuidar da casa e dos filhos. Ao analisar essa realidade durante as décadas de 1970 até 1990 (anos de nascimento das entrevistadas), percebe-se que a sociedade era ainda mais inflexível nesse sentido. Indo um pouco mais longe, a partir do século XVI, percebe-se que a educação feminina significava a base para a formação das famílias brasileiras, meninas eram rigorosamente educadas para casar e ser boas donas de casa, esposas e mães.

As famílias, a religião e o Estado estavam e agiam de comum acordo, a educação das mulheres foi deixada de lado por muitos séculos, essa mentalidade cultural deixou de herança a crença de que o homem é provedor e soberano do lar, dentro de uma sociedade patriarcal excludente, que perpetuou as desigualdades sociais, econômicas, de raça e de gênero. “A afirmação de que as coisas são assim porque não podem ser de outra forma é odientamente fatalista”. (FREIRE, 2015, p. 25).

Ao analisar os processos de formação e construção do gênero, precisasse considerar como o adulto vivenciou situações concretas do seu próprio percurso educativo. Segundo Freire (1992, p. 21), “Ninguém chega só a lugar nenhum, nem mesmo ao exílio”. Os educandos que decidem retomar os estudos após longos anos de afastamento, trazem consigo uma bagagem de vida com histórias, memórias de uma infância e de uma adolescência, cabendo ao educador o trabalho de adaptação do currículo escolar a vida desses estudantes.

Os caminhos trilhados e as possibilidades são apontadas pela história de cada estudante, apontando os motivos que levaram essas mulheres até a EJA. Escolhas feitas de acordo com as possibilidades de cada uma, de acordo com as reais situações do cotidiano que fizeram com que por algum motivo elas decidissem por abandonar os estudos no passado e retomar do ponto em que pararam anos depois. “Aluna A¹ : Tenho 46 anos, parei de estudar na adolescência, retomei os estudos e parei novamente por não ter com quem deixar meus guris (ALUNA A, 2021)”.

Compreende-se que conciliar a vida cotidiana com os estudos não seja tarefa fácil, pois à medida que as atividades escolares demandam um tempo exclusivo para sua realização, as tarefas cotidianas, obrigações com filhos, esposo e tarefas domésticas também exigem tempo e exclusividade. As adversidades vivenciadas pela pesquisadora ao longo do processo escolar e após ingressar na Universidade levou-a a observar que o mesmo ocorria com muitas mulheres que desempenham os papéis de mães, esposas trabalhadoras e donas de casa. Acredita-se que os relatos constantes neste trabalho retratam a realidade vivenciada pela maioria das estudantes ou concluintes da EJA.

Durante a trajetória acadêmica em um curso de Licenciatura é comum ouvir que o professor deve conhecer a turma e os alunos individualmente antes de definir as atividades propostas ao longo do ano letivo. No que tange a EJA, ao planejar as atividades dos jovens e adultos se faz necessário que o educador busque conhecer e compreender as lutas, as dificuldades do cotidiano desses estudantes e a partir dessa realidade, possa elaborar as atividades que contribua e acrescente no desenvolvimento das suas aprendizagens. Para as estudantes entrevistadas as principais dificuldades encontradas para retomar e dar continuidade aos estudos foram:

Aluna A: Não ter com quem deixar os guris (ALUNA A, 2021).

Aluna B: Precisei trabalhar (ALUNA B, 2021).

Aluna C: Eu parei de estudar aos onze anos de idade, porque meus pais não tinham como me manter estudando. Casei aos quatorze anos e fui morar na zona rural, passei muitas dificuldades (ALUNA C, 2021).

Aluna D: Eu parei de estudar porque tive meu primeiro filho aos quatorze anos, depois disso minha vida foi só para eles. (ALUNA D, 2021).

Pode-se observar através dos relatos que a vida das mulheres que optaram por constituir família é repleta de obrigações, compromissos, deveres e atividades a realizar. A busca por caminhos para alternar a vida estudantil com o cotidiano, nem sempre é uma tarefa fácil. Muitas vezes precisa-se fazer escolhas, estabelecer prioridades e nesse caso, a família vem sempre em primeiro lugar, podendo gerar sentimento de incapacidade de encontrar soluções para conciliar com os estudos, muitas vezes a vontade de desistir vence a vontade de concluir.

Observou-se que entre as mulheres que constituem família, a maioria precisa trabalhar fora de casa. As dificuldades enfrentadas são muitas por quem não concluiu os estudos, desde ler e escrever, até mesmo realizar pequenos cálculos, o que dificulta a disputa por uma vaga de trabalho no mercado atual tão concorrido. Os empregos destinados ao público feminino, sem formação, geralmente são para serviços domésticos, exigindo bastante esforço físico e mal remunerados.

A renda mensal das mulheres tende a ser inferior à dos homens, isso pode significar uma relação de dependência econômica no interior das famílias. Além disso as mulheres que trabalham fora de casa, continuam sendo responsáveis pela realização das tarefas do lar. Segundo dados do IBGE, também há desigualdade salarial entre as mulheres que executam trabalhos informais em

relação as que estão inseridas no mercado formal, a diferença é de 50% entre os salários.

Um curso, uma faculdade ou uma formação profissional são desejo de muitas mulheres, porém um número pequeno, principalmente das que são donas de casa e até mesmo as que trabalham fora, não consegue driblar todos esses obstáculos e chegar ao ensino superior. Para as entrevistadas, os resultados de retomar os estudos, após anos afastadas, foram positivos. Apontaram que surgiram melhores oportunidades profissionais e retomada da autoestima.

Aluna A: “Fico feliz em ouvir meu filho de nove anos me dizer que fica feliz por me ver estudando” (ALUNA A, 2021).

Aluna C: Depois que voltei a estudar me senti melhor. Antes quando eu ia fazer um currículo tinha que colocar ‘somente até a quarta série’ e agora na etapa seis eu já estou quase terminando o ensino médio (ALUNA C, 2021).

Durante a realização das entrevistas pode-se perceber que a EJA exerceu um papel fundamental nas trajetórias de vida das estudantes entrevistadas, tanto no ganho de autoestima quanto na melhora de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. A maioria das estudantes não respondeu ou não soube responder, as questões específicas sobre gênero, apenas uma acredita que se não fosse mulher sua trajetória de vida teria sido diferente e que muitas atividades são destinadas às mulheres por questões de gênero.

Todas as entrevistadas relatam que priorizam os filhos e a família antes dos estudos, também que contam com pouco ou nenhum auxílio familiar para continuar estudando e são responsáveis pela maioria ou todas as tarefas domésticas, tendo que conciliar o tempo dos estudos com as funções de mães, esposas, trabalhadoras e donas de casa.

Desde a infância aprende-se com os pais que é preciso praticar a honestidade, ter caráter, respeitar os mais velhos e estudar para “ser alguém na vida”. Estudar talvez seja para uma parte significativa da população o mais difícil. Essa atividade requer tempo, tem custos e depende de fatores externos, como oportunidade. A EJA tem contribuído para diminuir esses números e ser um espaço de construção coletiva, de utopias e resistências.

A retomada dos estudos teve consequências positivas tanto na vida da pesquisadora quanto nas vidas das entrevistadas. A EJA, exerceu um papel fundamental para que isso acontecesse, ofertando horários flexíveis e acolhendo as estudantes de várias idades, permitindo que continuassem a trabalhar e cuidar da casa. Aluna C: “Eu acho a EJA algo muito bom, se não fosse a EJA, como nós que trabalhamos o dia inteiro iríamos estudar?” (ALUNA C, 2021).

Retoma-se primeiramente a autoestima e aos poucos a crença de um futuro melhor vai se solidificando através das oportunidades que surgem. Por outro lado, mesmo com tantas leis as mulheres ainda não alcançaram igualdade de oportunidades, as diferenças entre os gêneros têm reflexos econômicos e sociais, como desigualdades de oportunidades de emprego e acesso à Previdência Social (pois quem contribui menos chega ao fim da vida menos amparado).

A EJA pode significar uma porta para o acesso à Educação Superior, no caso da pesquisadora foi o impulso definitivo para que isso se tornasse uma realidade. A aluna A, relatou que pretende cursar Gastronomia após concluir os estudos na EJA e a aluna C relatou que; “Nem sonha”, em fazer uma Universidade, apenas gostaria de terminar o Ensino Médio.

Quando convidadas a deixar uma mensagem dizendo em três palavras o que a EJA significava nas vidas das entrevistadas, coincidentemente as quatro escolheram as palavras “educação, sonho e oportunidade”. Quando convidadas a deixar uma mensagem a quem está pensando em desistir, “Não desista jamais” foi o que todas disseram. Pode-se dizer que diante das desigualdades de gênero, a EJA representa a porta aberta para refazer o caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto que, no tocante a percepção das questões de gênero ao longo do processo histórico escolar das estudantes da EJA, percebem-se mulheres batalhadoras e esperançosas diante das dificuldades impostas pelo meio social. As tarefas domésticas, que ainda são vistas como tipicamente femininas, concorrem com o aprendizado escolar, porém a maioria das pesquisadas não souberam responder se suas vidas seriam diferentes se tivessem nascido homens. Apenas a aluna “D”, respondeu que sim, acredita que sua vida seria mais fácil se tivesse nascido homem, porque as responsabilidades com os filhos sempre ficam a cargo das mulheres.

Esse trabalho invisível que inclui organizar e executar as atividades do lar, mesmo quando divididas com o companheiro ou outros familiares, demandam tempo e esforço mental por parte das estudantes. As mulheres na maioria das vezes têm a missão de organizar a vida escolar dos filhos, os compromissos da família, a lista de compras do mercado, isso tudo exige um esforço extra que passa despercebido.

Quando as mulheres estão organizando as suas próprias tarefas escolares, automaticamente os seus pensamentos estão divididos com as necessidades e de organização das rotinas familiares. Acredita-se que as mulheres desempenham tais funções naturalmente, mas na verdade desde pequenas elas são imersas em um mundo de conhecimentos gerais que inclui desde saber separar as roupas brancas das coloridas até cuidados com crianças pequenas e idosos, enquanto para os meninos existe um distanciamento social e emocional de tais atividades.

Na vida adulta das mulheres isso resulta em um constante estado de atenção, foco e cobranças para que tudo transcorra corretamente e seja realizado perfeitamente. Quando as mulheres são mães, esposas, donas de casa, trabalham fora e precisam estudar, ocorre uma sobrecarga emocional e física. Ao analisarmos as perspectivas de vida dessas mulheres e seus planos para o futuro, observou-se a necessidade de um planejamento escolar que leve em consideração as vivências dessas educandas, respeitando as suas especificidades, necessidade e despertando sua criticidade promovendo reflexões dentro do ambiente escolar.

Ao mesmo tempo que essas estudantes buscam concluir os estudos para ampliar as possibilidades de se inserir no mercado de trabalho, elas também estão se construindo como cidadãs. Aos educadores cabe o papel de planejar as atividades que dialoguem com o cotidiano dessas educandas, explorando esses conhecimentos que elas já construíram e relacionar com os saberes necessários ao aprendizado escolar.

Contudo é necessário ressaltar a necessidade de estímulo e incentivo dentro do espaço escolar. Os professores, segundo o legado de Paulo Freire (2013), tem o dever ensinar despertando o desejo de conhecimento dos(as) educandos(as). As estudantes da EJA, carregam em si as marcas do preconceito daqueles que ainda insistem em oprimir os que já foram oprimidos, essa opressão é cultural, precisa ser combatida dentro e fora do ambiente escolar.

Através da busca pelo conhecimento, o educador pode ser agente transformador, ajudando a construir uma mentalidade emancipada em um ambiente escolar. Que nenhum homem e mulher no neste ambiente, seja tido como maior ou melhor que o outro, tendo igualdade nas oportunidades e deveres. Aos educadores da EJA, é dada a missão de construir conhecimentos necessários para a libertação dos laços do analfabetismo e de uma educação falha, promovendo a emancipação social, cultural, econômica e mental dessas estudantes. Sem esquecer que essas já tiveram essa tentativa de aprendizagem no passado e que foi frustrada pela vida, mas desejam a chance de recomeçar do ponto em que pararam, rumo a realização dos seus sonhos norteadas pelo educador, consciente de sua missão libertador.

The path of women students in Youth and Adult Education: a look at gender issues

ABSTRACT

This study sought to analyze the life trajectory of women aged approximately thirty years or older, students or graduates of the EJA teaching modality, seeking to understand their perception of gender issues and their impact on school life and to understand the reasons for dropping out of school by women during childhood and adolescence and the implications of gender in the process; the reasons for the return and the difficulties encountered along the way. This is a qualitative research, using the interview method for data collection. The work problematizes the initial gender advantages and disadvantages that originate in childhood and are perpetuated throughout adulthood and that can directly or indirectly reflect on school life.

KEYWORDS: Gender. Woman. Education. EJA.

El camino de las mujeres estudiantes en la Educación de Jóvenes y Adultos: una mirada a las cuestiones de género

RESUMEN

El presente estudio buscó analizar la trayectoria de vida de mujeres de aproximadamente treinta años o más, alumnas o egresadas de la modalidad docente EJA, buscando comprender su percepción de las cuestiones de género y su impacto en la vida escolar y comprender las razones del abandono escolar por las mujeres durante la niñez y la adolescencia y las implicaciones del género en el proceso; los motivos del regreso y las dificultades encontradas en el camino. Se trata de una investigación cualitativa que utiliza el método de entrevista para la recopilación de datos. El trabajo problematiza las ventajas y desventajas de género iniciales que se originan en la infancia y se perpetúan a lo largo de la edad adulta y que pueden reflejarse directa o indirectamente en la vida escolar.

PALABRAS CLAVE: Género. Mujer. Educación. EJA.

NOTAS

1 Por se tratar de uma pesquisa que envolve pessoas e por questões éticas, optou-se por nomear os sujeitos da pesquisa por letras em ordem alfabética

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (1824)**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/18241899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus**. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

COLAVITTO, N. B; ARRUDA, A. L. M. M. Educação de Jovens e Adultos (eja): A Importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014.

COUTO, S. A EJA não tem lugar no MEC. **Geledes**, 26 de abril de 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-eja-nao-tem-lugar-no-mec-atualmente-afirma-sonia-couto/?gclid=Cj0KCQjw16KFBhCgARIsALB0g8IWSYIQGebGcct_7moLHkTtPKs0ZrFjP_1DZmSSywgBWuRS8W7Nl0kaAsIKEALw_wcB. Acesso em: 22 maio 2021.

FÉNELON, F. de S. de La M. **Da educação das meninas**. Paris: Typographia de Pillet Fils Ainé, 1852.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **À sombra desta Mangueira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem. **Agência IBGE Notícias**, 08 de março de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de->

[imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem#:~:text=Em%202018%2C%20o%20rendimento%20m%C3%A9dio,2.579\)%20nesse%20mesmo%20grupo%20et%C3%A1rio](https://www.g1.com.br/imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem#:~:text=Em%202018%2C%20o%20rendimento%20m%C3%A9dio,2.579)%20nesse%20mesmo%20grupo%20et%C3%A1rio). Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. **Agência IBGE Notícias**, [2021]. Disponível em: [www.https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/). Acesso em: 12 jun. 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 2003.

MARCOTTI, C. M. T. **Estudos iniciais sobre as proposições de Paulo Freire**. Maringá: UEM, 2012.

MILETO, L. F. M. **No mesmo barco, dando força, um ajuda o outro a não desistir - Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos**. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ROSA, A. D. Da chibata ao Magistério: A Trajetória da Educação Feminina no Brasil Patriarcal. Resenha de "A formação da Leitura no Brasil", de Marisa Lajolo, Regina Zibermam. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, pp. 834-836, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos Cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, pp. 47-68, jan/jun. 2001.

SANTOS, B. de S. A cruel pedagogia do vírus. **Boitempo Editorial**, v. 3, 2020.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, A. **Caderno pedagógico: gênero na educação de jovens e adultos (EJA)**. Belo Horizonte: NEJA/FaE/UFMG, 2019.

SOUZA, M. M. A educação de jovens e adultos em tempos de pandemia no contexto brasileiro. **Pensar a Educação em Pauta**, 23 de outubro de 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-educacao-de-jovens-e-adultos-em-tempos-de-pandemia-no-contexto-brasileiro/#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3>. Acesso em: 18 mar. 2021.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 38, 2010. Disponível em: [www.https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689) Acesso em: 16 maio 2021.

ZINET, C. Gravidez é responsável por 18% da evasão escolar entre meninas. **Centro de Referências em Educação Integral**, 20 de janeiro de 2016. Disponível

em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/gravidez-e-responsavel-por-18-da-evasao-escolas-entre-meninas/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

Recebido: 14 maio 2023

Aprovado: 07 jul. 2023

DOI: 10.3895/rtr.v8n0.17104

Como Citar: ROSA, E. C.; FONSECA, E. F.; FONTELA, M. Q. A trajetória de mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos: um olhar para as questões de gênero. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e17104, p. 1-20, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Eliane Caetano da Rosa
elianedarosa85973@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

